

O INDIO DEVE VIVER

O Conselho Indigenista Missionário, dentro de sua programação em favor do Índio brasileiro, acaba de realizar mais um curso de Indigenismo em Ijuí, RS. Com a participação de mais de 40 membros, entre índios, missionários, antropólogos, indigenistas e estudiosos, foi analisado amplamente o problema indígena em todas as suas facetas.

Tendo em vista que essas análises foram realizadas sob enfoques antropológicos e teológicos e por se considerar que a ciência não pode ser neutra, decidimos levar a público os aspectos mais importantes da questão, que traduzem compromisso e tomada de posição frente a tão graves problemas.

ATENTADO CONTRA A AUTO-DETERMINAÇÃO DOS INDIOS

1. IMPOSIÇÃO DE CHEFIAS - Desde há muito tempo foram impostas pelo órgão oficial chefias paralelas às da comunidade indígena, o que provocou lentamente a debilitação da organização social própria do grupo. Assim, ainda neste início de ano, no Posto Indígena Xaçecõ (Xanxerê-SC), as chefias de duas comunidades foram destituídas. Isto porque, tomando consciência da manipulação de que eram vítimas, passaram a exercer uma liderança autêntica em favor de seu povo. O fato foi agravado devido à imposição, para a chefia, de professores bilingues que não tinham nenhuma representatividade ou interesse pelos problemas do grupo.

2. PROIBIÇÃO DE REUNIÃO E AMEAÇAS - desde que os índios, através de reuniões, encontros e visitas, começaram a tomar consciência da situação aflitiva em que se encontravam, passaram a buscar formas de superá-la. Organizaram roças comunitárias e comissões para exigir seus direitos. Inclusive escreveram ao próprio Presidente da República para pedir urgentes providências, especialmente com relação à intrusão de suas terras. Passaram, enfim, a expor publicamente seus problemas. Encontros com irmãos de outras nações, missionários e indigenistas foram realizados com o mesmo objetivo.

Em toda esta sua esperança, o Índio vem sendo frustrado: reuniões são sistematicamente proibidas, são feitas ameaças de

prisão a quem ousar participar e ainda é usada a intimidação por transferência de posto ou expulsão. Exemplo disso foi a ocorrência de ameaças dirigidas aos Índios e respectivas famílias por ocasião da viagem à Brasília, em fins de 1975, quando foram pedir providências ao Presidente da FUNAI. No Posto Indígena Xapecô (Xanxerê - SC), mais especificamente na aldeia de Pinhalzinho, no início desse ano, os Índios foram proibidos, através de ameaças, de continuarem se reunindo ou participar de reuniões em outros Postos.

3. MANIPULAÇÃO ATRAVÉS DA ESCOLA BILINGUE - A escola bilingue, através de uma formação alienada e alienante, transforma indivíduos em agentes de negação e destruição dos valores de sua própria comunidade, desestimulando qualquer esforço de união e luta que possa surgir entre eles.

Verificamos que nos Postos de Nonoai (RS), Guarita (RS) e Xapecô (SC) monitores bilingues tornaram-se indivíduos desajustados e desintegrados na própria comunidade. Equiparados com um status de civilizado (carro, gravador, salários), apenas correspondem às finalidades necrófilas da sociedade do branco que representam e à qual se submetem.

Por isso questionamos a existência dessa instituição, na medida em que não abre perspectivas de conscientização da problemática do próprio povo e tampouco cria condições para que assumam sua própria história.

A partir desta triste realidade, aproveitamos para alertar aos orientadores da recém inaugurada escola agrícola de Guarita (RS), que não se restrinjam à introdução do nosso sistema de produção. Que não se deixem transformar em instrumentos de dominação, mascarando e anestesiando a verdadeira luta libertadora deste povo.

4. ISOLAMENTO E REPRESSÃO - "Vocês parece que tão em campo de concentração", observou o Índio bororo por ocasião da visita a seus irmãos do Sul. Manifestou também apreensão e repulsa pela situação vivenciada pelos Índios Kaingang, submetidos a um rígido regime de controle que exige autorização superior para o menor deslocamento de uma comunidade à outra. A estranheza do bororo foi provocada também pela constatação de todo um sistema de repressão com métodos "civilizados". Ao indígena é impingido este sistema repressivo pela utilização de uma hierarquia militar (através das categorias de major, capitão, cabo, etc.), totalmente estranha à organização tradicional do grupo.

Quanto ao isolamento, é interessante observar que, enquanto certas pessoas continuam a espoliar livremente o patrimônio

indígena, a outras é totalmente vedada a atuação ou simples presença nas áreas. É o caso dos repórteres e antropólogos, somente admitidos através de licença especial e, muitas vezes, impedidos de exercer suas atividades; missionários que são ameaçados de prisão e taxados de espíões.

Como explicar essa atitude, se o próprio órgão oficial assiste impassível à espoliação dos bens do Índio, à grilagem e invasão de suas terras por firmas, à exploração político-eleitoral, enfim, a toda sorte de utilização do Índio e do seu patrimônio?

FUNAI É UMA AMEAÇA À CAUSA INDÍGENA

O SPI - Serviço de Proteção ao Índio - foi extinto pelo perigo que representava para o extermínio das populações indígenas. A situação pouco mudou com a Funai. O Gal. Bandeira de Melo, ex-presidente da FUNAI, segundo Orlando Villas Boas "implantou o processo mais rápido e eficaz de extinção do Índio brasileiro" (O Estado de São Paulo, 18.09.73).

1. BUROCRATIZAÇÃO E EMPREGUISMO - Desde a sua fundação, a FUNAI vem se caracterizando pela melhoria de salário de seus funcionários e pela estagnação da situação calamitosa deixada pelo SPI. Criaram-se novas Coordenações Regionais, com prédios e secretarias. As Delegacias Regionais transferiram-se para prédios mais amplos e luxuosos, ocupados por dezenas de funcionários, todos eles com altos salários, que vão dos 3 mil cruzeiros pagos aos servidores de cafezinho, até 30 mil cruzeiros destinados ao Presidente do Órgão. Além disso, cada Diretor de Departamento recebe 28 mil mensais, cada antropólogo com mestrado, 12 mil, cada chefe de Posto, 8 mil cruzeiros, cada delegado regional e chefe de divisão, 23 mil cruzeiros.

Tudo isso ainda é agravado quando se vê que essas estruturas estão sem sentido e sem função, a não ser a de consumir o patrimônio indígena. Essa política de salários, acrescida da ausência de investimentos em projetos e atividades que beneficiem diretamente o Índio, conduz muitos funcionários, possivelmente bem intencionados, a se preocupar estritamente em aplicar bem seus rendimentos na compra de fazendas, apartamentos e outros bens.

2. ROTATIVIDADE DOS CHEFES DE POSTO - Uma das graves acusações feitas ao SPI foi a corrupção de seus funcionários. A FUNAI, desde o início, se propôs sanar este problema. Na verdade, instaurou uma maneira nova de mascarar a corrupção, pela rotatividade constante de chefes de posto, o que, além disso, vem com

prometer qualquer trabalho positivo de entrosamento deste representante do órgão com a comunidade indígena. Assim, por exemplo, nos últimos oito anos, passaram pelo P.I. de Nonoai nada menos que nove chefes da FUNAI.

3. DGPI: DEVORADOR DO PATRIMÔNIO INDÍGENA - Diante das acusações de que as chefias dos postos estavam mais ocupadas com aspectos gerenciais de empresa do que com o índio, a FUNAI criou um departamento com a finalidade específica de administrar o patrimônio indígena.

Este novo órgão acabou dando uma característica empresarial a toda a FUNAI. O Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI) criou toda uma estrutura paralela que, sistematicamente, vem consumindo o que ainda resta do patrimônio indígena. Para se ter uma idéia, foi inaugurada no P.I. Xaçecó (SC) uma moderna serrafita, com capacidade de serrar três mil dúzias de tábuas por mês. Mesmo funcionando com metade de sua capacidade, calculando-se um valor médio de 500 cruzeiros a dúzia, pode-se facilmente constatar a soma vultosa que isso representa. Esta renda, porém, nunca reverte aos seus verdadeiros donos, os índios. No ano passado, foram investidos aproximadamente dois milhões de cruzeiros em outra serraria no P.I. Mangueirinha (PR). Assim, outras serrarias existem, projetos pecuários e agrícolas são implantados, tendo todos a mesma característica: espoliação do patrimônio, monopolização do usufruto da terra e reaplicação da renda ao bel prazer deste departamento. Um exemplo desta reaplicação livre foi a construção de um palacete para sede da Coordenação, no P.I. de Guarita (RS). Como esta Coordenação vai ser transferida para a cidade de Chapecó (SC), foi iniciada outra construção neste local.

Para a instalação de uma serraria são dados como justificativa: aproveitamento de madeira desvitalizada em benefício do grupo tribal e emprego da mão-de-obra indígena. Entretanto, essa madeira desvitalizada continua apodrecendo e os pinheiros são vêm abaixo; os índios, após breve estágio, são despedidos.

Por isso é preciso denunciar a ação deste órgão que vem constantemente enganando o índio e a opinião pública.

O PROBLEMA DA TERRA

1. OS INTRUSOS - O SPI iniciou um processo de invasão das áreas indígenas através dos arrendamentos. A FUNAI deu continuidade a tal processo até o Decreto-Lei 6001/73, que dispõe sobre o Estatuto do Índio onde ficam proibidos tais arrendamentos.

A FUNAI, em convênio com outros órgãos, procedeu a uma de

zena de levantamentos com a finalidade de apurar a situação dos arrendatários e invasores das terras indígenas. Todos os relatórios dessas comissões chegaram a mesma conclusão, da necessidade de desocupação das áreas. Dezenas de processos foram e continuam sendo instaurados mas com uma morosidade tal que são favorece aos grileiros e intrusos. Assim, em Nonoai, em Mangueirinha, respectivamente, as firmas Dalastra e Slaviero permanecem intrusas enquanto os processos vão se arrastando, sem resolver a questão.

A omissão da FUNAI em relação à invasão das áreas por intrusos acaba apoiando a ação de políticos oportunistas que se aproveitam da situação, promovendo e justificando a intrusão, criando insegurança e desespero, não apenas entre as famílias indígenas, mas também entre milhares de colonos.

2. GRILEIROS OFICIAIS - Particularmente, na década de 40 se desencadeou, em todas as terras indígenas do SUL, uma grilagem oficial. Só no Estado do Paraná foram tirados mais de 90 mil hectares de terras pertencentes aos índios, o mesmo acontecendo em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em 1949, o Estado do Rio Grande do Sul apropriou-se de mais da metade da área do P.I. de Nonoai, transformando-o em Parque Florestal. Desde então, os índios que ali residem sofrem uma perseguição enorme, em flagrante contradição com a legislação brasileira. Isso vem se agravando ainda mais, nos últimos anos, pela introdução de um regime de terror, que culminou com espancamentos, torturas, destruição de casas, morte de animais domésticos pela Guarda Florestal de Rodeio Bonito. Como de costume, a FUNAI e o Estado formam uma comissão para apurar responsabilidades. Apesar das constatações de Antropólogos, Missionários e Imprensa, a Comissão tentou encobrir os fatos com paliativos.

IGREJA: PRESENÇA E OMISSÃO

Numa atitude de auto-crítica, e movidos pela mensagem libertadora do Evangelho, como cristãos reconhecemos a conivência da Igreja com a lamentável situação de extermínio e miséria das populações indígenas.

1. HISTÓRICO - Chegando com os conquistadores, a Igreja, no Sul, quase sempre continuou ao lado desses, assumindo a atitude colonialista responsável pelo extermínio das populações indígenas. Essa conivência, em que a cruz e a bota marcharam juntas, como no caso dos Bandeirantes, dos "Bugreiros" e das Frentes de Expansão, mereceu as mais severas críticas. Por outro lado, temos exemplos de atitudes corajosas por parte de missionários.

Índios que, em sua época, foram pioneiras e proféticas, como no caso dos Sete Povos.

2. HOJE - Lamentavelmente, a Igreja do Sul, que acumulou privilégios e posses muitas vezes às custas deste povo, ainda hoje assume posições etnocêntricas ou se omite, ante os apelos e angústias dessa gente oprimida.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, onde vivem aproximadamente 4 mil índios, nada consta nos Planos de Pastoral do Regional com relação a uma pastoral específica junto a essas populações.

Somente nos últimos anos, alguns padres, bispos e leigos do Sul do País foram sensíveis ao seu clamor e, atendendo a um apelo de Deus, procuram assumir esta causa.

Diante de tão grave situação, concluimos:

1. Cabe aos Índios, e somente a eles, a escolha de seus chefes. Portanto, é necessário que se extinga, de uma vez por todas, a prática militar, policial, hierárquica, manifesta através de títulos como major, capitão, cabo e soldado. Ainda quanto à sua determinação, o Índio, como indivíduo, deve ter assegurado o direito de se reunir, conversar, visitar seus irmãos ou outras pessoas com quem deseja se encontrar.

2. É preciso que sejam extintos todos os projetos do DGPI, e que apenas continuem os projetos solicitados, programados e executados pelo próprio Índio. Com relação aos chefes de Posto, é necessário que exista um respeito ao Índio de forma que ele seja consultado sobre a permanência ou transferência dos chefes deste órgão da FUNAI. E que seja permitido ao Índio opinar sobre o trabalho daqueles.

3. Em relação à terra, é necessário, de uma vez por todas, buscar a solução real para o problema, isto é, que o território indígena lhe pertença efetivamente e que aos invasores seja garantida a sobrevivência em outras terras no Sul do país. Especificamente, em relação às áreas indígenas do Sul, que sejam executadas as conclusões da CPI da Assembleia Legislativa, de 1968, que até o momento têm sido, inexplicavelmente, relegadas ao esquecimento.

4. Apesar de todas as constatações, e as repressões que vêm sofrendo, os missionários da Região Sul do CIMI continuarão seu trabalho inalterado, dentro das linhas de ação aprovadas pela 1ª Assem. Indigenista dos Missionários, de 24 a 27/06/75, em Goiânia.

Por fim, manifestamos a esperança de que setores sempre mais amplos das igrejas se tornem sensíveis aos clamores do povo indígena e assumam corajosamente essa causa.

IJUÍ, 31 de janeiro de 1977.